



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO – Luís Greco	11
APRESENTAÇÃO – Flávia Siqueira	13
APRESENTAÇÃO DA AUTORA.....	17
ABREVIATURAS	23
INTRODUÇÃO	27
I. Considerações iniciais	27
II. Casos.....	30
1. DIREITO PENAL DA MEDICINA E O FUNDAMENTO DO CONSENTIMENTO INFORMADO	33
1.1. O desenvolvimento do direito penal da medicina..	34
1.2. A origem do consentimento na medicina e seu fun- damento	37
1.2.1. A visão hipocrática de promoção da cura e o paternalismo penal	39
1.2.2. Consentimento informado como representação da autonomia do paciente.....	44
1.2.3. O Código de Ética Médica brasileiro.....	48
1.3. O consentimento na teoria do delito.....	53
1.4. Balanço inicial.....	58





2. DEVER DE ESCLARECIMENTO FUNDAMENTADO PELA AUTONOMIA DO PACIENTE E COMO PRESUPOSTO DO CONSENTIMENTO.....	61
2.1. Autonomia, base jurídica do dever de informar e o direito à informação	62
2.2. Sujeitos envolvidos no processo de esclarecimento médico	72
2.3. Momento do esclarecimento	78
2.4. Forma do esclarecimento.....	82
2.4.1. Esclarecimento em etapas de <i>Weissauer</i>	84
2.5. Tipos de esclarecimento	86
2.5.1. Esclarecimento Terapêutico	87
2.5.2. Esclarecimento Financeiro (ou sobre os custos do tratamento)	93
2.5.3. Esclarecimento para a autodeterminação.....	98
2.6. Primeiro balanço intermediário	100
3. O CONTEÚDO E A EXTENSÃO DO DEVER DE ESCLARECIMENTO MÉDICO PARA A VALIDADE DO CONSENTIMENTO NO DIREITO PENAL	105
3.1. Fundamento do dever de esclarecimento médico – regra geral para a exclusão da responsabilidade penal com base em um consentimento orientado pela autonomia do paciente	106
3.1.1. Esclarecimento sobre o diagnóstico.....	109
3.1.2. Esclarecimento sobre o curso/evolução do tratamento.....	117
3.1.2.1. Esclarecimento sobre tipo, gravidade, extensão, execução e efeitos do tratamento	118
3.1.2.2. Alternativas de tratamento tradicionais (<i>Behandlungsalternative</i>), novos métodos (<i>Neulandmethode</i>) e tratamentos experimentais (<i>Außenseitermethode</i>)	126





SUMÁRIO	21
3.1.3. Esclarecimento sobre os riscos	138
3.1.3.1. Tipos de riscos presentes nas intervenções médicas.....	139
3.1.3.2. Limites ao dever de esclarecer sobre os riscos?	142
3.1.4. Síntese parcial	150
3.2. Causas que atenuam a extensão e o conteúdo da obrigação médica de esclarecer	153
3.2.1. Urgência e perigo na demora da intervenção ..	158
3.2.2. Paciente já esclarecido	162
3.2.3. Renúncia ao dever de esclarecimento	163
3.2.4. Contraindicação terapêutica	167
3.2.5. Consentimento presumido	172
3.3. Segundo balanço intermediário.....	177
4. TRATAMENTO DOGMÁTICO E CONSEQUÊNCIAS LE- GAIS DA VIOLAÇÃO DO DEVER DE ESCLARECI- MENTO MÉDICO.....	181
4.1. Consentimento hipotético no direito penal	182
4.2. Resultados fora do âmbito de proteção da norma..	187
4.3. Introdução legislativa do tipo penal de “intervenção arbitrária”	190
4.4. Posicionamento próprio.....	191
4.5. Balanço final.....	193
5. RESOLUÇÃO DOS CASOS	195
CONCLUSÕES	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

